

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 060/93

INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA, PENSOES E BENEFICIOS (FABS), E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA A SAUDE (FAS), E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS, Prefeito Municipal de Sagrada Familia, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas pelo artigo 79, item IV da Lei Organica Vigente, que a Camara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - E instituido o Fundo Municipal de Aposentadoria, Pensões, e Benefícios (FABS), e o Fundo Municipal de Assistência a Saúde (FAS), destinado ao custeio das aposentadorias e pensões e a assistência dos Servidores Públicos Municipais de Cargos de Provimento Efetivo e em Comissão, sujeitos ao Regime jurídico Unico, instituido pelo artigo 230 da Lei Municipal nº 042 de 13 de agosto de 1993.

Artigo 2º - Constituem-se recursos do Fundo de Aposentadoria, Pensões e Benefícios (FABS), e o Fundo Municipal de Assistência a Saúde (FAS):

I - O produto da arrecadação das contribuições dos Servidores, de caráter compulsório, na razão de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) para o Fundo de Aposentadoria, Pensões e Benefícios e de 3,5% (três vírgula cinco por cento) para o Fundo Municipal da Assistência a Saúde (FAS), sobre os vencimentos, remunerações e quaisquer outras vantagens percebidas pelo Servidor;

II - O produto das arrecadações das contribuições do Município - Administração centralizada, Camara

Municipal, Autarquias e Fundações Públicas, na ordem de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) sobre o valor total da folha de pagamento dos Servidores, a que se refere o artigo 230, da Lei Municipal nº 042, para o Fundo Municipal de Aposentadoria, Pensões e Benefícios (FABS) e, 3,5% para o Fundo Municipal de Assistência à Saúde (FAS).

III - A correção monetária e juros decorrentes da aplicação de recursos do FABS e FAS;

IV - Outros recursos que lhe sejam destinados.

PARAGRAFO UNICO: A contribuição de que tratam os Incisos I e II deste artigo, não incidirá sobre o salário família, diárias e ajuda de custo.

Artigo 3º - Cabe às entidades mencionadas no inciso II do artigo anterior proceder desconto da contribuição de seus Servidores na folha de pagamento e recolhê-la, juntamente com a contribuição do órgão até o 10º dia do mês seguinte, aquele a que as contribuições se referirem.

PARAGRAFO UNICO - Os valores das contribuições serão depositadas em conta bancária aberta em nome do FABS e FAS.

Artigo 4º - O não recolhimento das contribuições no prazo legal, implicará na atualização monetária da importância correspondente, além de juros de 1% ao mês sobre o valor atualizado e multa de 10%.

PARAGRAFO UNICO - A atualização monetária de que trata o "caput" deste artigo, será cobrada por dia de atraso, tomando-se por base os índices de correção estabelecidos pelo Governo Federal e, na falta deste, a critério do Conselho de Administração do FABS e do FAS, por outro indicador de inflação diária.

Artigo 5º - A autoridade Administrativa ou Servidor que, no exercício de suas funções deixar de efetuar os recolhimentos devidos aos Fundos, incorrerá em falta funcional, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou criminal cabíveis.

Artigo 6º - O Servidor que, por qualquer motivo previsto em Lei, interromper o exercício de suas atividades funcionais, sem direito a remuneração, inclusive nos casos de sessão sem onus, fica obrigado a recolher, na condição de contribuinte em dobro, as contribuições a que se refere o artigo 1º, Inciso I e II deste Projeto, sobre remuneração que teria, se em exercício estivesse.

Artigo 7º - O saldo de recursos do FABS e FAS será aplicado em Estabelecimento Bancário, mediante operação que assegure, no mínimo, correção monetária do valor.

PARAGRAFO UNICO - Na aplicação das disponibilidades, o Conselho de Administrativo terá em vista a obtenção do máximo de rendimento compatível, com a segurança e grau de liquidez, indispensável às aplicações destas reservas.

Artigo 8º - O Fundo Municipal de Aposentadoria, Pensões e Benefícios (FABS) e o Fundo Municipal de Assistência à Saúde (FAS) será regulamentado por Decreto do Executivo Municipal.

data de sua publicacao, Artigo 9º - Esta Lei entrara em vigor na
revogadas as disposicoes em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
SAGRADA FAMILIA, em 19 de novembro de 1993.


JUVENTIL MAFALDA SANTOS
Prefeito Municipal


Registre-se e Publique-se

JOSE ALDORI DE LIMA
Sec. Mun. Administracao

Publicado no mural de publicações
legais do município, no período de
_____ de _____ a _____ de _____

Publicado no mural de publicações
legais do município, no período de

19 de 06 de 12 de 1993.